FÓRUNS – 38º EIA
Informações gerais para elaboração de RELATÓRIO DO FÓRUM

FÓRUM 24/03/2023 – Sala 03 – 10h30
TÍTULO: FÓRUM POLÍTICAS PÚBLICAS – 20 anos da Portaria Nacional de Atenção à Saúde Auditiva – Atualização da tecnologia para o SUS.
Coordenadoras: Dra Beatriz de Castro Andrade Mendes; Dra Regina Célia Bortoleto Amantini.
Relatora: Ma Tyuana Sandim da Silveira Sassi.
Participantes: Dra. Regina Tangerino de Souza Jacob; Dra. Deborah Viviane Ferrari; Dra. Kátia De Almeida; Dra. Patricia Danieli Campos.
Quantitativo de participantes (em média): 60 pessoas

TEMAS DISCUTIDOS:

1) Sistemas de microfone remoto: recursos a serem avaliados;
2) Atualização da tabela SUS;
3) Atualização percentual de prescrição e fornecimento das diferentes classes de tecnologia de AASI;
4) Dados nacionais de usuários de AASI;
5) Capacitação dos profissionais das Unidades Básicas de Saúde.

APRESENTAÇÃO DE PALESTRAS? Sim
Principais CONTEÚDOS ABORDADOS:
Dra. Regina Tangerino de Souza Jacob abordou os diferentes protocolos de comunicação nos sistemas de microfone remoto: indução eletromagnética, frequência modulada e modulação digital. Demonstrou a evolução dos protocolos de transmissão sem fio, as vantagens e desvantagens de cada sistema. Ressaltou a diminuição gradativa da concessão dos sistemas de microfone remoto de 2013 a 2023 e elencou os recursos que devem ser avaliados na sua indicação tais como: conexão automárica, alcance, opções de uso, monitoramento da conexão, controles, aplicativos, facilidade de uso, compatibilidadecom novas tecnologias e adaptações bimodais, custo acessibilidade e ambientes de uso.

Dra. Deborah Viviane Ferrari destacou os marcos importantes nas Políticas Públicas desde 2000, apresentou dados do DATASUS referentes à concessão de aparelho de amplificação sonora individual (AASI) de acordo com a classe tecnológica e modelo. Realizou a análise crítica de alguns itens alterados ou mantidos na versão revisada em 2020 do Instrutivo de Reabilitação Auditiva, Física, Intelectual e Visual como por exemplo: a inserção da frequência de 4kHz nos critérios de indicação de AASI, pesquisa do nível de desconforto para tom puro e fala e a verificação do benefício fornecido pelo AASI com no mínimo 3 diferentes marcas diferentes, sendo este último um retrocesso pois já havia sido removido anteriormente. Salientou ainda a necessidade de dados nacionais em relação aos usuários efetivos dos AASI, e a capacitação de profissionais para a realização da contra-referências nas Unidades Básicas de Saúde (UBS).

DISCUSSÕES REALIZADAS NO FÓRUM

As discussões realizadas no Fórum de Políticas Públicas foram permeadas pela reformulação do documento "Instrutivo PCD – 2020", que baseia os procedimentos de atendimento a pessoas com deficiência auditiva pelo SUS atualmente.
Algumas modificações foram feitas pelo Ministério da Saúde em 2020, mas ainda são necessárias sugestões feitas pelas sociedades científicas para o Ministério da Saúde.

1 – Base de dados e informações sobre os resultados das Políticas Públicas de Saúde Auditiva.

Articulação de gestores, pesquisadores, Conselho Federal de Fonoaudiologia, ABA e SBFa, Secretaria de Saúde e Ministério de Saúde para a avaliação da situação dos usuários de AASI, ou seja, Saúde baseada em valor sendo avaliado o que foi investido e se foi relamente efetivo na reabilitação do usuário. Dados nacionais são de suma importância para que possamos discutir melhorias e aprimoramentos na reabilitação do usuário. Não são dados de acesso simples, mas é necessário investir nessa discussão para que possamos encontrar uma forma de coleta das informações.

Muitas informações importantes são encontradas no DATASUS, porém outras informações não fazem parte desse banco de dados, como por exemplo a taxa de uso dos dispositivos a qual acreditamos variar muito. No fórum de envelhecimento, foi apresentado um trabalho epidemiológico por meio de um aplicativo que evidenciou que 40% dos idosos apresentavam deficiência auditiva e apenas 5% eram usuários de AASI. A adesão ao uso dispistivos ainda é desconhecida no Brasil e isto desperta a curiosidade e a necessidade de pesquisas a nível nacional.

2 – Uso de teleconsultas para o atendimento de pessoas que necessitam de informações para o uso efetivo do AASI.

Algumas pesquisas de serviços ligados a Universidades apresentam estudos com os dados de acompanhamento por meio da teleconsulta; em uma delas, 84% dos pacientes autorelataram o uso de AASI por mais de 8 horas. Contudo, as pessoas que respondem aos questionários são aqueles que estão engajados na reabilitação e isso nos dá um vies de pesquisa, ou seja, vies de seleção em pesquisa. O *datalogging* é um método mais confiável porém, perdemos os dados dos usuários que não retronam ao serviço. O Teleatendimento poderia ser uma estratégia para viabilizar o acesso ao serviço de saúde auditiva para mais usuários.

Os usuários de locais mais distantes ficam sem acompanhamento e acabam cessando o uso dos dispositivos por problemas muitas vezes simples de serem resolvidos à distância. Outra forma seria ter serviços de atenção básica nos municípios que pudessem confeccionar os moldes, por exemplo, queixas que poderiam ser resolvidas na cidade onde habita sem a necessidade do deslocameto aos grandes centros.

Ma. Tyuana ressaltou que devemos sim cobrar ações dos Ministérios e a participação das UBS no acompanhamento dos usuários porém, até que isso ocorra de maneira efetiva, podemos realizar a capacitação do paciente e família para manutenções simples como a troca e um tubo

de molde, limpeza das olivas por meio da teleconsulta. No HRAC após a teleconsulta são disponibilizados vídeos aos usuários para proporcionar um maior aprendizado.

3 – Grande demanda, procedimentos complexos e tabela SUS sem reajuste há mais de 15 anos.

Alguns serviços relatam que mesmo seguindo critérios para a reposição dos AASI, ainda há muitas dificuldades para dar conta da demanda do serviço tanto na adaptação/ reposição quanto no acompanhamento de usuários de AASI. Destacou-se dificuldades dos serviços: valores da tabela SUS, dificuldades na compra de AASI classe A, valores pagos pelos procedimentos, procedimentos realizados por profissionais que não são pagos, entre outros.

A articulação entre gestores é importante para evitar que ocorra o encaminhamento incorreto de usuários que não apresentam perda auditiva, o que mostra a necessiade de melhorar a referência e contra-referência. E além disso, foi sugerido que os serviços tem que realizar a avaliação de risco, prioridades para que o sistema se sustente.

Todo o sistema é hierarquizado com complexidades distintas, e a equipe da Atenção Básica tem que dar o suporte aos usuários, como por exemplo para a troca do tudo do molde. Porém para isso, com consta no Instrutivo, deve-se ter o apoio do serviço de maior complexidade. Dra Deborah ressaltou que isso não deve ser realizado exclusivamente pelo fonoaudiólogo, que pode-se treinar um agente comunitário ou outro profissional da UBS para a realização deste tipo de procedimento simples, sendo essas ações coordenadas pelo fonoaudiólogo. Dra. Patrícia também citou que na FOB os tubos dos moldes ficam disponíveis ao usuário para retirada na clínica e que foi elaborado um material simples com vídeos explicativos ensinando como a troca deve ser realizada.

membro do CREFONO 3, relatou que vem tentando remodelar a tabela de procedimentos fonoaudiológicos, valorizando o papel do fonoaudiologa, revisando a tabela para a inclusão de alguns procedimentos para a partir daí discutir com o Ministério os valores.

4 – Uso do sistema FM e microfone remoto – continuidade do fornecimento.

Dra. Regina Jacob relatou que há pesquisas pontuais de alguns serviços em relação ao uso do sistema FM, como por exemplo uma da Faculdade de Odontologia de Bauru (FOB) a qual evidenciou 85% de uso efetivo, porém é uma pesquisa antiga e acredita-se que atualmente vários pacientes não fazem mais o uso do dispositivo pois estão quebrados. Pontuou que atualmente o uso FM diminuiu devido ao fato de estarem quebrados e não há código de reposição de FM. Mesmo que alguns serviços realizarem a reposição ou manutenção, não é possivel quantificá-la.

Valorizar a capacitação dos pais e professores para garantirem o uso efetivo e bom funcionamento dos sistemas e fundamental e deve-se retomar essa discussão com o Ministério da Educação articulado ao Monistério da Saúde.

5 – Atualização das categorias de AASI

Atualmente o avanço tecnológico permite atualização de software de programação de AASI de boa qualidade sem ser o top de linha com custo menor e com possibilidade de atualizações da tecnologia. Foi colocado em discussão a possibilidade de se retirar o AASI classe A do Instrutivo pois não há disponibilidade no mercado AASI.
Dra Deborah fez uma pesquisa informal com as empresas de AASI em relação ao portifólio, quais AASI são oferecidos aos serviços SUS, classes e tipo de AASI. Salientou a importância do que foi realizado pelo HRAC colocando a garantia do AASI a partir da data da adaptação e a realização de compras em lote, que alguns serviços já realizam, para reduzir o preço do dispositivo oferecido.

Ma. Tyuana referiu que nas licitações no HRAC foi bem aceito pelas empresas a solicitação da garantia ser a partir de data de adaptação do dispositivo e que essa necessidade foi evidenciada durante a pandemia onde observamos que a maioria dos AASI em estoque estavam com a garantia vencida,sendo necessário a negociação com as empresas para a extensão do prazo de 6 meses a 1 ano.
Dra Deborah ressaltou ainda que a tabela em relação a classes dos AASI está desatualizada, pois a maioria dos AASI comercializados são classe C e que, atualmente, as classes são utilizadas para nortear o custo dos AASI e não mais as características eletroacústicas. A classificação dos AASI é realizada pelas empresas e baseia-se nos valores e não na classificação que consta no Instrutivo. Como os gestores são cobrados pela meta física e o teto finaceiro, enfatizou novamente a importância da compra em grande quantidade visando um menor custo de AASI oferecidos e boa qualidade.

6 – Envio de documento ao Ministério da Saúde

Como sugestão do Fórum, enfatizou-se a importância do envio de um documento ao Ministério da Saúde elencando as dificuldades dos serviços, o que precisa ser melhorado, com questionamentos e propostas visando a discussão e alteração tanto nos procedimentos, na frequência de retornos para acompanhamentos quanto dificuldade de manutenção dos serviços devido a custos atuais. É necessário fundamentar a saúde baseada em valor (custo/ benefício) e nas evidências que já temos.
Dra. Regina Amantini relatou que há a intenção de retomar o Seminário de Políticas Públicas com a participação de servidores do Ministério da Saúde para que sejam discutidos esses assuntos.
Dra. Kátia enfatizou que temos que pensar nas estratégias visando sempre o benefício do usuário porém, devemos tentar melhorar a tabela SUS e atualizar as classse de acordo com as novas tecnologias.
Dra. Beatriz referiu que o objetivo dos fóruns é enviar um documento para o Ministério com alguns apontamentos de ajustes de acordo com a atualidade. Os parceiros dessa discussão são as Sociedades Científicas, Conselho de Fonoaudiologia e as empresas que comercializam os AASI. Avisou a plateia que foi passada uma lista no fórum para que sejam preenchidos o nome, e-mail e serviço que representa para que possamos enviar um formulário ou documento com os ajustes apontados nas discussões permitindo comentários e sugestões.

ENCAMINHAMENTOS REALIZADOS (check list)
Tópicos discutidos no Fórum anterior (2021) foram retomados? Sim. No ano passado, discutimos sobre a necessidade de reformulação de descrição de procedimentos de acompanhamento audiológico e demos continuidade com as questões relacionadas aos AASI.
As deliberações determinadas foram atendidas? Sim
Se não foram atendidas, registrar dificuldades apontadas:

Principais deliberações acordadas no Fórum (2023) (registrar):
Formular um documento com sugestões de modificações e adequações das portarias vigentes na área para ser encaminhado à ABA e após aprovação, ser encaminhado ao Ministério da Saúde.

Rua Itapeva, 202, Conj. 61, São Paulo/SP - CEP: 01332-000
Telefone: (11) 3253.8711 / Email: aba@audiologiabrasil.org.br